



Experimentação com as educadoras populares da maconha de uso medicinal do coletivo Mães Independentes da RMR – PE.

Experimentation with Popular Medical Marijuana Educators from the Mães Independentes collective of RMR – PE.

FIGUEIREDO, Júlia¹; ROQUE, Hanny²; ARAÚJO, Risoneide³, CORRÊA, Conceição⁴; SILVA, Elaine⁵; SILVA, Lourinalda⁶.

¹PPGCEM UESC, jmartins.jmf@gmail.com, ² hanny.larissa@ufrpe.br; ^{3,4,5} Coletivo Mães Independentes, ³ risoneide.araujo@hotmail.com; ⁴conceicaocorreia507@gmail e ⁵elainecristina2005@gmail.com, ^{2,6}UFRPE, lourinalda.silva@ufrpe.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Saúde e Agroecologia

Resumo: Este estudo visa estabelecer um diálogo entre a universidade e as comunidades, valorizando os saberes tradicionais e populares. Aproximar a universidade do povo, de forma colaborativa e não abusiva, fortalece a transformação social e promove uma educação inclusiva. Buscando discutir sobre o processo de legalidade e buscando aproximar a Universidade dos saberes tradicionais e populares, estabelece-se os seguintes objetivos: identificar a importância frente às discussões da popularização da política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos; debater a necessidade da implantação de direitos e garantias para a plantação domiciliar da maconha junto ao Coletivo Mães Independentes e apontar as potencialidades do diálogo das Instituições Públicas acerca do uso da maconha como fitoterápico entendendo o processo de produção do Produto Tradicional Fitoterápico (PTF), conhecido como “óleo de maconha” produzido no domicílio das mães.

Palavras-Chave: cannabis, saúde, saberes

Contexto

A maconha tem um processo de proibição no Brasil baseado em racismo e eugenia há mais de três séculos. Conforme Saad (2019), os estudos antropológicos e arqueológicos fornecem evidências que sugerem que a maconha pode ter sido a primeira planta cultivada após a adoção da agricultura como componente importante da vida humana. A história do Brasil está intrinsecamente ligada à maconha, segundo Carlini (2006), pois desde a chegada dos portugueses em 1500, as velas e as cordas das embarcações eram feitas de fibra de cânhamo. É sabido que as sementes de maconha chegaram ao Brasil junto com os povos africanos, trazidos como escravos. As evidências apontam para duas hipóteses mencionadas por Saad (2019): a primeira sugere que as sementes foram trazidas pelos africanos escravizados, amarradas nas pontas de bonecas de pano; a segunda hipótese defende que a introdução da planta ocorreu anos após o início do tráfico negreiro, conforme argumentado por Mott (1986).



Foi somente em 1932, que foi estabelecida uma legislação proibitiva mais ampla e de alcance nacional, incluindo a maconha na lista de substâncias proibidas. No entanto, mesmo antes de sua retenção, a maconha já era associada diretamente às classes mais baixas, aos negros, mulatos e à marginalidade social (SAAD, 2019, p.17). Com a Abolição da Escravatura, para Barros e Peres (2012), o pensamento de que determinadas raças carregavam características naturais dos criminosos, personificando os negros, seus hábitos e culturas, controla e reprime a liberdade, de maneira que antigos escravizados e seus descendentes foram criminalizados. Destaca-se que a escravidão foi abolida em 1888, a República foi proclamada em 1889 e a sua Constituição entrou em vigor em 1891. Um ano antes de ser promulgada sua lei maior, a República tratou de instaurar dois instrumentos de controle dos negros em 1890: o Código Penal e a "Seção de Entorpecentes Tóxicos e Mistificação" (BARROS; PERES, 2012, p.11).

É evidente que a conceituação do uso de drogas psicoativas como um "problema social" está entrelaçada com questões que não devem ser entendidas de forma compreensiva, sejam elas de natureza religiosa, política, econômica ou moral. É crucial reconhecer que as agendas eugenistas, higienistas e racistas da época prevaleciam sobre considerações científicas, destacando o quão pouco importava o conhecimento científico diante desses interesses.

Buscando discutir sobre o processo de legalidade e buscando aproximar a Universidade dos saberes tradicionais e populares, estabelece-se o seguinte questionamento: Como o diálogo junto às mulheres mães atípicas que produzem o óleo da maconha pode auxiliar a Universidade ao reconhecimento dos fazeres científicos a partir dos saberes e práticas tradicionais?

O objetivo geral foi identificar a importância, frente às discussões da popularização da política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos junto ao debate da legalização da maconha junto ao Coletivo Mães Independentes e apontar as potencialidades do diálogo das Instituições Públicas acerca do uso da maconha como Produto Tradicional Fitoterápico (PTF). As atividades foram realizadas no ano de 2021, como uma parte da pesquisa do TCC intitulada "DESCRIMINALIZANDO A MACONHA: a legalização do cultivo domiciliar, a popularização das políticas de fitoterápicos e o ensino de química".

Descrição da Experiência

Em Pernambuco, desde 2018, existe o movimento em defesa do uso medicinal da maconha, liderado por pacientes, familiares e diversos colaboradores. Seu principal objetivo é promover, garantir, consolidar e expandir os direitos dos pacientes que usam maconha para fins medicinais e que se sentem desamparados pelo Estado.



Para isso, eles se organizaram em associações, como a Cannape (Associação Canábica Medicinal de Pernambuco), AMA+ME (Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal), Acolher (Associação Brasileira de Cannabis e Saúde) e Associação Aliança Canábica de Pernambuco.

Um grupo de mães unidas na luta há muitos anos, composto por seis mulheres e mães da Região Metropolitana de Recife, fundaram o coletivo Mães Independentes em 2018. Juntas cultivam e controlam seus próprios medicamentos, pois acreditam que a saúde está ligada à autonomia. Em 2019, em busca de autonomia e soberania em relação à saúde de seus filhos, obtiveram uma autorização inédita no estado de Pernambuco através de um habeas corpus. Esse habeas corpus foi concedido pela 4ª Vara Federal a favor de uma paciente, mãe de uma criança de 11 anos diagnosticada dentro do espectro autista (FERRAZ, 2019).

É importante ressaltar que o Coletivo Mães Independentes surgiu da iniciativa de mães que não tinham condições financeiras para adquirir os medicamentos nas farmácias. Eles encontraram no óleo de maconha uma forma de garantir a saúde e o bem-estar de seus filhos. Essas mães são cientistas populares, as chamamos assim, não como uso do notório saber que esvazia as licenciaturas, mas pelo reconhecimento do processo científico que elas precisam aprender em sua maioria sem auxílio da universidade e sem passar por um curso de graduação que às vezes descem aportes práticos e teóricos da ciência desenvolvida por nossas universidades. Então, as denominamos assim, pois, segundo Figueiredo (2021):

São mulheres e mães cientistas populares, como denominamos, já que elas fazem pesquisas e estudos teóricos e práticos, aprenderam a cultivar e a produzir o fitoterápico à base de maconha, sem suporte das universidades do estado, que não tem autorização, e sem nenhuma assistência do governo (FIGUEIREDO, 2021, p. 31)

Elas reconhecem que cada mãe entende as necessidades específicas de sua criança e pode produzir o óleo adequado em dosagem, proporção e amor. Após todas as 5 mães conseguirem habeas corpus seguiram ainda confrontadas com a falta de assistência técnica especializada do governo, ausência de análises periódicas de seus óleos e preocupações com a segurança, já que uma das mães teve sua casa invadida por traficantes que levaram as plantas que ela cultivava. A história dessas mulheres e mães foi registrada em um documentário produzido em 2020¹, que destaca uma demanda urgente e relevante na sociedade brasileira: a legalização do cultivo doméstico da maconha. É um tema que requer um debate amplo, indo além da discussão sobre a droga, com enfoque na saúde. Uma saúde orgânica, agroecológica e com autonomia para o povo.

¹ Documentário Mãeconheiras (2020), disponível no link: <https://www.dailymotion.com/video/x7tj784>. O documentário apresenta um grupo de mães pernambucanas que usam o óleo da maconha para tratar suas crianças.



No ano de 2020, tivemos a oportunidade de vivenciar uma experiência marcante ao acompanhar as Mães Independentes em uma visita à sede da Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança - ABRACE² em João Pessoa, Paraíba. No dia 17 de setembro, juntamente com as mães, embarcamos nessa jornada em busca de um novo clone de maconha, essencial para o tratamento de seus filhos. Chegando à sede, fomos calorosamente recebidos por uma equipe dedicada e comprometida. Ali, presenciamos de perto todo o processo de beneficição da planta, bem como a produção dos óleos medicinais e os rigorosos testes de qualidade realizados. Após conhecermos a estrutura da ABRACE e compreendermos a importância de seu trabalho, partimos para um espaço mais amplo, onde pudemos testemunhar uma plantação de maconha outdoor. A vista era impressionante, com fileiras de plantas robustas e saudáveis.

Durante a visita, pudemos conversar com as mães e ouvir suas histórias, as problemáticas que estavam vivenciando mesmo com HC em mãos. Essa visita foi apenas o início de uma série de atividades. Foi uma experiência enriquecedora que nos trouxe uma perspectiva profunda sobre o que poderíamos fazer para auxiliar essas mães. Mantivemos o diálogo a partir de reuniões online e por grupo de mensagens no WhatsApp. Por lá, pudemos planejar novas atividades. No dia 30 de setembro de 2020, tivemos o privilégio de participar de um encontro especial com as Mães Independentes. Nessa ocasião, fomos recebidos na casa de uma das mães, em um ambiente acolhedor e repleto de trocas de conhecimento.

O propósito desse encontro era compartilhar experiências sobre um laboratório caseiro, no qual as mães produzem o óleo de maconha utilizado no tratamento de seus filhos. Iniciamos o diálogo discutindo sobre os utensílios que elas utilizam em casa e como manter a biossegurança durante o processo. Foi incrível aprender com elas sobre as técnicas que desenvolveram para produzir o óleo de forma segura e eficaz. Também tivemos a oportunidade de conhecer parte de suas plantações e entender as dificuldades enfrentadas, como a falta de recursos e apoio do Estado para manter um grow. Após a produção do óleo, pudemos realizar a oficina de beneficiamento e produção de tintura com as mães para cuidados diários. Nesse dia, levamos cascas de mulungu, uma planta com propriedades ansiolíticas. A partir dessas cascas, realizamos o feitiço da tintura, na qual produzimos um extrato alcoólico fitoterápico de mulungu. Com o auxílio da professora farmacêutica, discutimos como ministrar o mulungu para as crianças que têm dificuldade para dormir.

Além disso, conversamos sobre a importância de cuidar das próprias mães, afinal, elas precisam estar bem para poderem cuidar de seus filhos. Para isso, levamos incensos e realizamos uma oficina de coneterapia, também conhecida como cone hindu. Explicamos como essa técnica relaxante proporciona uma limpeza vias aéreas superiores. Também realizamos uma sessão de auriculoterapia, baseada

² Saiba mais em: <https://abracesperanca.org.br/>



nas conversas que tivemos com as mães, abordando suas queixas corporais e emocionais. Ao longo desse dia, as trocas de saberes foram abundantes. Conversamos intensamente sobre diversos assuntos e foi um momento de aprendizado mútuo. Foi gratificante ver como as mães se apoiam e compartilham conhecimentos valiosos para o bem-estar de seus filhos. Essa experiência reforçou a importância de fortalecer o cuidado com a saúde mental e física das mães, reconhecendo-as como agentes fundamentais no processo de cuidado e bem-estar familiar.

Como resultado dessa experiência, a partir dos diálogos e vivências tive a oportunidade de desenvolver meu TCC intitulado "Descriminalizando a Maconha: A Legalização do Cultivo Domiciliar, a Popularização das Políticas de Fitoterápicos e o Ensino de Química". Este estudo foi conduzido com uma abordagem qualitativa e exploratória, alinhada aos objetivos propostos. A metodologia adotada envolveu a criação e aplicação de uma Sequência Didática CTS-Arte, utilizando conceitos de Educação em Direitos Humanos e Decolonialidade, nas aulas de Química Orgânica dos cursos de Bacharelado em Agroecologia, Biologia e Engenharia Florestal na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Foi focada na temática da maconha e sua proibição no período pós-abolição, foi desenvolvida para abordar conceitos químicos, aulas da Universidade onde as mães participaram e os discentes puderam dialogar diretamente com elas. Pudemos observar, com base na análise das atividades desenvolvidas e na interação dos estudantes, que mesmo diante das dificuldades do ensino remoto, houve um engajamento significativo por parte dos estudantes, estabelecendo conexões decoloniais e alinhadas às dimensões da Educação em Direitos Humanos.

Resultados

Os resultados obtidos nessa experiência ressaltam a importância do diálogo entre a universidade e as comunidades, bem como a necessidade de estreitar os laços entre o conhecimento acadêmico e os saberes populares. É fundamental que a universidade esteja próxima do povo e valorize os conhecimentos desenvolvidos por eles, sem exercer uma postura abusiva ou impositiva. A universidade, ao se tornar uma parceira das populações, demonstra seu compromisso com a transformação social e a promoção de uma educação mais inclusiva e contextualizada. Ela reconhece que o conhecimento não deve ser produzido e transmitido de forma unilateral, mas sim construído de maneira colaborativa, respeitando as diferentes perspectivas e contribuições. Essa abordagem fortalece a importância da universidade como espaço de diálogo, aprendizado mútuo e construção coletiva do conhecimento. Ela permite que os estudantes desenvolvam uma consciência crítica e se engajem nas lutas sociais, contribuindo para a transformação da realidade.

Portanto, é essencial que a universidade esteja aberta ao diálogo com as comunidades, promovendo uma relação de parceria baseada no respeito, na



valorização dos saberes populares e na busca conjunta por soluções para os problemas enfrentados pela sociedade. Dessa forma, ela cumpre seu papel de formar cidadãos conscientes, comprometidos e capazes de atuar de forma positiva em suas comunidades.

Agradecimentos

Ao Coletivo Mães Independentes, a ABRACE, aos discentes da UFRPE. Atividade apoiada pelo Fundo Socioambiental CASA na Chamada de Apoio Emergencial no enfrentamento da COVID-19. A FAPESB, pela concessão da bolsa de mestrado.

Referências bibliográficas

BARROS, André; PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-20, 26 set. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3953/2742>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A história da maconha no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 314-317, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/xGmGR6mBsCFjVMxtHjdsZpC/?lang=ptv>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FEERAZ, Bettina Novaes. Justiça autoriza primeira mãe a cultivar maconha para fins medicinais em PE. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, 20 dez. 2019. Saúde.

FIGUEIREDO, Júlia Martins. DESCRIMINALIZANDO A MACONHA: a legalização do cultivo domiciliar, a popularização das políticas de fitoterápicos e o ensino de química. **Trabalho de Conclusão de Curso (GRADUAÇÃO)** - UFRPE, 2021.

MOTT, L. A maconha na história do Brasil. In: HENMAN, A.; PESSOA JR., O. (Org.). **Diamba Sarabamba**: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha. São Paulo: Ground, 1986. p. 117-135.

SAAD, Luisa. **a criminalização da maconha no pós-abolição**. Salvador: Edufba, 2018. 160 p. Disponível em: <file:///C:/Users/ingri/Downloads/fumo-negro-RI.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.